

4

O contexto da Produção do Texto Político: o que dizem os materiais pedagógicos da SME/RJ - Gestão 2009/2012 ?

4.1.

Entendendo o *Contexto da Produção do Texto Político*

A abordagem do Ciclo de Políticas proposta por Ball e colaboradores (BOWE; BALL; GOLD, 1992; BALL, 1994 *apud* MAINARDES, 2006, p. 50) sugere que um dos contextos de formulação das políticas é o da *produção do texto da política* que tem uma relação simbiótica com o *contexto de influências*. Os textos políticos são o resultado das disputas e embates ideológicos produzidos no *contexto de influências* e estão articulados com a linguagem do interesse público geral, representando a política. De acordo com Mainardes (2006, p.52), podem tomar a forma de “textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc.” Os textos são, assim, a principal fonte de informação e entendimento da política.

É importante ressaltar que a produção do texto político envolve a relação que se estabelece no processo de escrita: emissor → mensagem → receptor. Nesta relação, o receptor da mensagem, ou seja, o leitor participa ativamente da construção de sentido da mensagem recebida, a partir da compreensão e interpretação da mesma. No caso do texto político, e mais especificamente da produção do texto das políticas educacionais, os professores (receptores/leitores) não absorvem as ideias desses textos sem questioná-las ou adaptá-las às suas próprias ideias, interpretam-nas conforme sua experiência, de acordo com Ball e Bowe (BOWE *et al*, 1992, p. 22, *apud* MAINARDES, 2006, p.53):

Políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que histórias, experiências, valores, propósitos e interesses são diversos. A questão é que os autores dos textos políticos não podem controlar os significados de seus textos. Partes podem ser rejeitadas, selecionadas, ignoradas, deliberadamente mal entendidas, réplicas podem ser superficiais etc.

Assim, os produtores dos textos das políticas educacionais devem considerar as características de seus receptores, ou seja, considerar a experiência e o saber dos professores a quem se dirigem. Neste capítulo, veremos algumas características da produção do texto da atual política curricular da SME/RJ além de como e quando esses leitores/atores da política interferem em sua formulação (ou não...).

A atual política curricular da SME/RJ não possui, como outras, um texto oficial original, uma síntese de suas concepções e direções. Para analisar o *texto político* neste contexto, recorreremos aos textos “secundários”: diretrizes, orientações, manuais, artigos publicados, entrevistas, que serão citados ao longo deste capítulo. Especificamente para analisar as mudanças efetivadas na prática do professor, recorreremos aos materiais pedagógicos propostos pela SME/RJ que incidem diretamente no planejamento curricular: os Descritores, os Cadernos de Apoio Pedagógico e as Avaliações Bimestrais, que serão detalhados na próxima seção.

4.2.

Os materiais pedagógicos propostos pela SME/RJ – Gestão 2009/2012

4.2.1.

Os Descritores

Os Descritores, enquanto instrumentos pedagógicos, estabelecem quais são as habilidades que serão avaliadas a partir dos componentes curriculares de cada área de aprendizagem. Trata-se de uma lista de intenções educacionais, relacionando o objetivo educacional ao conteúdo da área específica a que se destina. No Descritor “*Identificar letras do alfabeto*”, por exemplo, propõe-se que a habilidade de identificação seja ativada para o conteúdo “letras do alfabeto”.

O descritor é uma associação entre conteúdos curriculares e operações mentais desenvolvidas pelo aluno, que traduzem certas competências e habilidades. Os descritores: - indicam habilidades gerais que se esperam dos alunos; - constituem a referência para seleção dos itens que devem compor uma prova de avaliação. (BRASIL, 2008)

A ligação dos Descritores com a avaliação/teste é direta, pois é para ela que são estabelecidos. A definição de Descritores para a produção de testes possibilita

uma visão geral das habilidades que serão avaliadas, tanto por parte de quem produz o teste, quanto daqueles que o aplicarão ou estudarão seus resultados.

A SME/RJ propôs, em sua atual gestão, a divulgação de listas de Descritores de ensino para as áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências bimestralmente. (ver um exemplo destas listas no Anexo 7). Estas listas apontam quais são as habilidades que devem ser desenvolvidas a partir do trabalho com os conteúdos que determinam. São divulgadas no início do bimestre para que o professor saiba com antecedência quais serão as diretrizes curriculares que devem ser trabalhadas naquele período, ao final do qual seus alunos serão avaliados.

No documento de apresentação dos Descritores que norteariam as avaliações do primeiro bimestre de 2010, a Secretária Municipal de Educação enfatiza o caráter referencial dos mesmos: “*Os descritores poderão servir de subsídio ao trabalho pedagógico, juntamente com a utilização das Orientações Curriculares*”³⁶. Assim, a divulgação dos Descritores (de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências) para as Avaliações Bimestrais propostas pela SME/RJ visa, a meu ver, que os professores de cada série tomem conhecimento sobre as habilidades e os conteúdos que serão abordados nos testes a que seus alunos serão submetidos.

Analisando o texto dos Descritores apresentados pela SME/RJ para as Avaliações Bimestrais, é possível perceber que guardam semelhança com os Descritores propostos pelo SAEB para a Prova Brasil, o que é coerente, uma vez que os mesmos alunos farão esta outra avaliação externa. Também demonstra a relação que se estabelece entre diferentes políticas a partir da influência na produção dos textos.

Sobre o caráter prescritivo do texto dos Descritores, algumas questões podem ser levantadas: Como esclarecido anteriormente, os Descritores se referem à avaliação do final do bimestre e não reúnem, em cada área, todas as habilidades que poderiam ou deveriam ser trabalhadas com os alunos, apenas aquelas que serão testadas. Os professores percebem esta distinção e trabalham seu planejamento incluindo temas que não aparecem nos Descritores (como o desenvolvimento da argumentação oral, em Língua Portuguesa, habilidade

³⁶ Secretaria Municipal de Educação, “Descritores para as provas do primeiro bimestre” disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/listaconteudo?search-type=orientacoescurriculares>

essencial, porém que não pode ser avaliada nos testes)? Corremos o risco de, havendo uma supervalorização dos resultados dos testes, o professor reorganizar seu planejamento exclusivamente a partir dos Descritores? Como estão sendo orientados a este respeito?

As características do texto dos Descritores e sua vinculação com as Avaliações Bimestrais podem levar a uma situação de redução do currículo, privilegiando a preparação para a prova e buscando a garantia de que nas escolas da rede municipal do Rio de Janeiro o currículo único mínimo está sendo aplicado. Na Escola ABC, a leitura deste material é incorporada à prática dos professores de forma ampliada. Os professores partem de sua experiência para ampliar o material, como veremos no próximo capítulo deste trabalho.

4.2.2. As Avaliações Bimestrais

As Avaliações Bimestrais (de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências), que vêm sendo aplicadas desde 2009 do 2º ao 9º ano do ensino fundamental, forma instituídas com o intuito de monitorar o ensino nas escolas da rede municipal do Rio de Janeiro, como define a Resolução 1060 da SME/RJ:

Art. 10 - A Secretaria Municipal de Educação realizará, anualmente, avaliação de rede, visando monitorar e replanejar, sempre que necessário, as suas ações.

Parágrafo único. O nível central da Secretaria Municipal de Educação enviará às escolas, bimestralmente, provas para serem aplicadas a todos os alunos, visando ao acompanhamento de seu processo de aprendizagem. (Secretaria Municipal de Educação, 2010)

As avaliações apresentam questões de múltipla escolha e são elaboradas por uma Equipe Pedagógica contratada pela SME/RJ. Os itens (questões) são elaborados a partir dos Descritores estabelecidos e apresentados no início de cada bimestre. Buscam diagnosticar se os alunos aprenderam o mínimo esperado em cada um dos componentes curriculares avaliados, sendo que seus resultados são analisados pelas equipes da SME/RJ para os devidos ajustes nos instrumentos ou para as intervenções necessárias nas realidades escolares avaliadas, como ressaltou a Secretária Cláudia Costin em entrevista:

Com as avaliações externas temos o maior instrumento contra o autoengano. Antigamente a rede só era avaliada através da Prova Brasil, hoje temos duas avaliações externas e provas bimestrais. Dessa forma, conseguimos agir diretamente nas unidades que estão ruins e manter todas as escolas da rede em um mesmo patamar. (Martins, 2011)

As características textuais das Avaliações Bimestrais, sua organização em questões de múltipla escolha e o uso de cartão resposta, exigiu do professor a aproximação a este tipo de avaliação, além do trabalho de construir nos alunos o hábito de ler, interpretar e interagir com esse tipo de texto. Muitos professores, especialmente os das séries iniciais do ensino fundamental, apresentam algum tipo de resistência a esse tipo de avaliação. Na Escola ABC essa resistência foi explicitada em vários momentos:

[...] nessas avaliações não tem o que pensar. Tem o que eles estão pedindo e a resposta para marcar embaixo. Então eles não pensam muito. Mas isso é que é legal: você ensina a pensar, ter um pensamento crítico; e eles conseguem dar conta de uma prova dessas, mesmo você sabendo que é uma prova aquém do que poderiam realizar.³⁷

Já na [avaliação] da prefeitura, como é múltipla escolha, esses alunos que não conseguem fazer a prova que eu preparo, a da prefeitura eles fazem.³⁸

Segundo a professora, os alunos acham a prova fácil e a fazem rapidamente. Ela também acha fácil, por ser de múltipla escolha, mas “tem que fazer”.³⁹

Sobre as avaliações externas propostas pela SME/RJ, a Professora de Apoio destaca a dificuldade dos alunos com as questões de múltipla escolha: “É preciso dizer para eles que a questão está fácil, que a resposta está lá”.⁴⁰

Porém, as avaliações de múltipla escolha são parte do contexto social em que vivemos e serão aplicadas aos alunos em diferentes experiências futuras, não devendo a escola privá-los de aprender sua linguagem e estratégias. Como veremos no próximo capítulo, as Avaliações Bimestrais foram sendo incorporadas à prática docente e a preparação para sua realização provocou algumas alterações na rotina do professor, especialmente daqueles que trabalham com as crianças menores.

³⁷ Trecho da entrevista com a Professora 2.

³⁸ Trecho da entrevista com a Professora 4.

³⁹ Trecho do diário de Campo do dia 20/09/2011, conversa informal com a Professora 9.

⁴⁰ Trecho da entrevista informal com a Professora de Apoio.

4.2.3. Os Cadernos de Apoio Pedagógico

A SME/RJ, a partir do ano de 2009, passou a distribuir um material de apoio pedagógico que consiste em Cadernos de Atividades de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. Estes cadernos são enviados bimestralmente, para professores e alunos, além de serem disponibilizados na Internet. São usados para o apoio à prática pedagógica, em sala de aula, para os deveres de casa e para reforço escolar. Na Carta de Apresentação de um destes materiais, a Secretária de Educação esclarece sua função:

Espera-se que os cadernos possam contribuir como um recurso metodológico para a ação pedagógica cotidiana. Constitui-se em mais um apoio à disposição do professor que, em interação com os já disponíveis (livros, internet, projetos da escola e outras escolhas do professor), amplie as possibilidades de discussão de conceitos e de formação de habilidades. (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro).

Os Cadernos de Apoio Pedagógico apresentam uma versão para professores com as orientações para o trabalho. Os trechos de alguns exemplares serão avaliados nas seções a seguir. As atividades são propostas a partir dos Descritores definidos para aquele bimestre, mas não se limitam a eles, retomam conteúdos de bimestres anteriores e os extrapolam.

A intenção da SME/RJ em articular estes três instrumentos – Descritores, Cadernos de Apoio Pedagógico e Avaliações Bimestrais - para a definição de um currículo único na rede, é explicitada pela própria Secretária Cláudia Costin, ao analisar a implantação do material em 2009:

Mas o salto de qualidade demandava mais um instrumento: orientações curriculares para cada disciplina. Com elas, para cada bimestre, o professor passou a ter uma definição mais clara do que ensinar e recebeu sugestões de atividades e exercícios para desenvolver com o aluno. No final, provas bimestrais unificadas de português e matemática, que nos permitiram aferir não apenas o grau de avanço dos alunos como também os erros mais frequentes, para podermos acertar o rumo no bimestre seguinte (Costin, 2010).

E os textos destes materiais, considerados textos da política curricular da SME/RJ, refletem o estilo e os discursos que pretendem transmitir, como veremos nas seções que se seguem.

4.3.

O estilo do texto político: *readerly* ou *writerly*?

Os textos políticos são dependentes de seu contexto de produção, devendo ser compreendidos a partir de sua localização espaço-temporal. Desta forma, como defendido por Bowe e Ball (1992, *apud* MAINARDES, 2006, p.49), os processos de formulação e implementação da política educacional não devem ser separados para evitar a “racionalidade do processo de gestão”. Para os autores, os profissionais da educação não são excluídos do processo de formulação e implementação das políticas e o nível de sua participação vai depender do estilo do texto da política:

Um texto *readerly* (ou prescritivo) limita o envolvimento do leitor ao passo que um texto *writerly* (ou escrevível) convida o leitor a ser coautor do texto, encorajando-o a participar mais ativamente na interpretação do texto. (MAINARDES, 2006, p.50)

Enquanto o primeiro tipo de texto limita a participação do leitor, no caso, os professores, o segundo os convida a serem coautores da política e a reescrever a política através da interação entre texto e leitor. Mainardes (2006, p.50) ressalta a possibilidade de que os dois tipos de texto estejam presentes em uma mesma política educacional, ou seja, que em determinados textos ou trechos haja uma prescrição diretiva e, em outros, uma orientação mais flexível e participativa. Nos textos da atual política curricular da SME/RJ podemos perceber esta alternância. Apesar de ter como característica principal uma linguagem prescritiva, há alguns textos dos materiais veiculados pela proposta que abrem espaço para a participação do professor, ainda que em situações secundárias. A seguir, reproduzimos alguns exemplos da linguagem veiculada pelos materiais pedagógicos da SME/RJ, seguindo um estilo de texto *readerly*:

Professor/a, **explore** a cena o máximo possível. **Levante** não só as brincadeiras, mas também as experiências dos alunos com essas brincadeiras e os sentimentos relacionados a essas vivências. **Explore**, também, parágrafo e pontuação.

Professor/a, **converse** com sua turma sobre as imagens dos quadrinhos ao lado. **Explore** os movimentos e as expressões do rosto dos personagens. **Estimule** a imaginação dos alunos.

Professor/a, **desenvolva** essa atividade coletivamente. **Mostre** aos alunos a estrutura do poema, suas rimas, versos e estrofes. **Discuta** com eles o uso da letra maiúscula e da pontuação.⁴¹

Depois de fazer a leitura apontando para as letras das músicas (completas ou só o trecho que aparece na atividade), escritas no bloção, **converse** com os alunos sobre o tema de cada uma. **Registre** os títulos que a turma sugerir para cada uma.

Após fazer a “leitura apontada” com os alunos, **explore** as palavras conhecidas e as palavras que rimam. **Destaque** as sílabas finais das palavras que rimam. **Peça** para os alunos procurarem nos murais outras palavras com a mesma terminação.⁴²

Os trechos apresentados constituem parte das instruções aos professores para o trabalho a partir das atividades do Caderno de Apoio Pedagógico. Como é característico nos textos instrucionais, a mensagem é direta e prescritiva, sendo que os verbos no modo imperativo foram destacados para ressaltar o estilo *readerly* deste texto.

Porém, no mesmo material, podemos encontrar outros fragmentos de textos direcionados aos professores que apresentam um estilo de texto mais próximo ao *writerly*:

Que tal criar com os alunos um livro de piadas da turma?
Que tal criar um jornal da turma? [...] É preciso combinar de que maneira o periódico será divulgado e distribuído. Só na escola? Na comunidade? Quem fará isso? Como será feito?⁴³

Apesar do caráter instrucional ainda estar presente, a colocação em tom interrogativo aponta para uma possibilidade de diálogo com o leitor, que pode aceitar ou não a proposta, ampliá-la ou reduzi-la.

A linguagem do texto pode ter características diretivas e, ainda assim, refletir um discurso que valoriza a interação, dependendo da concepção que norteia a produção do texto. Esta relação, entre o Discurso Instrucional e o Discurso Regulador, será comentada a seguir.

⁴¹ Trecho do Caderno de Apoio Pedagógico para o 3º ano, 2º bimestre de 2011, SME/RJ. [grifos nossos]

⁴² Trecho do Caderno de Apoio Pedagógico de Língua Portuguesa para o 2º ano, 2º bimestre de 2010, SME/RJ. [grifos nossos]

⁴³ Trecho do Caderno de Apoio Pedagógico de Língua Portuguesa para o 2º ano, 2º bimestre de 2010, SME/RJ.

4.4.

Os discursos presentes nas Orientações Curriculares da SME/RJ - Gestão 2009/2012

Para Bernstein (1998, apud Lopes, 2005, p.54) os textos das políticas educacionais, “assinados ou não pela esfera oficial, são fragmentados ao circularem no corpo social da educação, alguns fragmentos são mais valorizados em detrimento de outros e são associados a outros fragmentos de textos capazes de ressignificá-los e refocalizá-los”.

As ideias do autor colocam em questão o papel da educação na reprodução cultural das relações de classe, evidenciando que a pedagogia, o currículo e a avaliação são formas de controle social.

Entre suas contribuições destacamos a Teoria do Dispositivo Pedagógico, onde desenvolve o conceito da recontextualização, que, como já mencionado, é essencial para pensarmos a política pública em seus diferentes contextos. A partir desta teoria, Bernstein aponta que o Discurso Pedagógico implica na correlação entre dois discursos: o *Discurso Instrucional* (se refere a *o quê e como* deve ser transmitido) e o *Discurso Regulador* (se refere ao discurso moral e à transmissão de valores). Mainardes e Stremel apontam que o *Discurso Regulador* é “determinante na ordem interna do discurso da instrução e também na ordem social” (2010, p. 42). Como já foi apresentado no Capítulo 2 deste trabalho, nesta relação, representada por DI/DR, “DI está sempre integrado a DR” (MAINARDES e STREMEL, 2010, p. 42).

Procuramos observar esta relação nos textos da atual política curricular da SME/RJ. Entre os documentos veiculados, que estabelecem novas direções para a organização curricular e para o trabalho docente, selecionamos para análise as Orientações Curriculares de Língua Portuguesa para o ano de 2011. Este documento foi elaborado por uma equipe pedagógica da SME/RJ, com a consultoria da Professora Maria Teresa Tedesco.

A partir da leitura deste documento procuramos identificar em seu texto trechos que caracterizam, explícita ou implicitamente, um Discurso Instrucional ou um Discurso Regulador. Apresentamos a seguir alguns trechos do documento mencionado, onde encontramos instruções explícitas ao professor (exemplos de um Discurso Instrucional) e mensagens apresentando concepções e valores sobre a Língua Portuguesa (exemplos de um Discurso Regulador):

Tabela 1 – Análise do Discurso Pedagógico

1) [...] a escola precisa abrir espaço para que diferentes linguagens, interações e discursos possam acontecer.
2) [...] refletir sobre os fenômenos linguísticos.
3) As propostas de leitura e de escrita devem partir da compreensão ativa, da interlocução, não da decodificação e do silêncio.
4) O ensino de língua materna deve estruturar-se, desde o início, em torno de textos.
5) [...] desenvolver em nossos alunos habilidades de leitura.
6) O que se sugere, portanto, é a prática escolar, permitindo exprimir uma escrita viva e real, feita na história do autor.
7) [...] considerando o ensino da língua como um processo de interação entre sujeitos.
8) A língua é vista como processo discursivo.
9) [...] a linguagem seja o real passaporte para a cidadania.
10) O texto é visto como unidade significativa no processo de ensino.

(Fonte: Trechos do documento “Orientações Curriculares – Áreas específicas:Língua Portuguesa” SME/RJ, Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/listaconteudo?search-orientacoescurriculares>>

Bernstein sinaliza para a correlação entre os dois tipos de discurso demonstrados acima na produção do Discurso Pedagógico. Assim, quando tomamos o exemplo 1, que traz uma instrução explícita para o trabalho na escola (que deve estar aberta às diferentes linguagens), podemos deduzir que se refere a uma determinada concepção de língua, implícita aqui, mas explicitada em outros momentos do texto e que valoriza a diversidade linguística. Esta concepção de língua reflete o valor, a concepção que se pretende para o tema, ou seja, é o discurso regulador atuando sobre o discurso instrucional. A mesma relação pode ser verificada no exemplo 3, quando o texto sugere que as propostas para o trabalho de leitura e escrita sigam uma linha compreensiva e interpretativa da linguagem e rejeita uma concepção que se baseie na decodificação. O valor atribuído a “decodificação” (de rejeição) se revela na instrução para o professor. No exemplo 4, a definição de que o professor deve estruturar o trabalho a partir dos textos (Discurso Instrucional) está vinculada a uma concepção de ensino da língua que valoriza a diversidade textual (Discurso Regulador). Já os exemplos 7, 8, 9 e 10 apresentam trechos do texto dirigido aos professores que explicitam claramente a concepção linguística adotada pela SME/RJ, ou seja, o que acreditam e valorizam como ensino de Língua Portuguesa na escola. São exemplos de um

Discurso Regulador que antecipa as orientações didáticas que se seguem no material.

O trabalho de Bernstein sobre o Discurso Pedagógico busca compreender a produção, distribuição e reprodução do conhecimento. Assim, os conceitos desenvolvidos pelo autor em sua Teoria do Dispositivo Pedagógico contribuem na análise das políticas educacionais e curriculares e vem sendo utilizados por vários pesquisadores e autores da área. Para a análise do texto da política, buscamos exemplificar como os conceitos de Discurso Instrucional e de Discurso Regulador propostos por Bernstein favorecem uma leitura mais aprofundada de um documento oficial. Para essa pesquisa, colaboram na compreensão dos textos de uma forma mais ampla, para a posterior análise da leitura dos mesmos por parte dos professores.

4.5.

Professores: Leitores e formuladores da política curricular da SME/RJ.

Como vimos no início deste capítulo, compreendemos a produção do texto da política como uma formulação que não se encerra na aprovação e divulgação deste texto. A sua leitura e interpretação, por mais diretivo que seja, permite interpretações, recontextualizações, adaptações que reconstróem esse texto. No caso da política curricular proposta pela atual gestão da SME/RJ houve um posicionamento diferente da gestão anterior, quando os professores eram convocados, em sua representatividade, para participar da elaboração das diretrizes do trabalho. Na gestão corrente, optou-se por apresentar um material já pronto, elaborado por uma equipe acadêmica contratada pela SME/RJ, e fazer uma avaliação durante o processo junto aos professores. Costin comenta essa opção em entrevista publicada recentemente:

[...] O currículo unificado na rede municipal foi implantado sem discussão. A prefeitura contratou a especialista Iza Locatelli para elaborar o projeto em 2009, no início da gestão. Foi definido, disciplina por disciplina, o que a criança deve aprender a cada bimestre. Para evitar problemas, foi feito um acordo com os professores da rede municipal de ensino.

- Fizemos um pacto com os professores: vamos testar a proposta por um ano. Na vida de uma criança um ano é muita coisa. Se fizéssemos assembleias para discutir o currículo, a gente ficaria quatro anos e nada aconteceria.– afirmou [a Secretária]. (Roxo, 2012)

Vale ressaltar que, apesar do caráter prescritivo dos materiais, os professores são convidados a participar da reelaboração do material e a gestão atual da SME/RJ abriu vários canais de comunicação com os professores, especialmente através da internet (*e-mail, twitter, blog*). Esses canais são apresentados no site e nos textos iniciais dos documentos:

No entanto, para que esse trabalho tenha legitimidade e êxito, torna-se imprescindível a sua avaliação criteriosa, já que é você, PROFESSOR/A, que o estará utilizando no cotidiano da sala de aula.

Fale conosco, envie críticas e sugestões, para que seja possível aprimoramento de nosso fazer pedagógico. Somente desta forma poderemos atendê-lo nas suas reais necessidades.

Colocamo-nos à sua inteira disposição por meio do *Fala Professor* e dos seguintes *e-mails* institucionais:

mariavasconcellos005@rioeduca.net

mariasouza207@rioeduca.net

mariafatim.cunha@sme.rio.rj.gov.br

leilaoliveira005@rioeduca.net

simonesilva019@rioeduca.net

anac.veneno@sme.rio.rj.gov.br

leticia.monteiro@sme.rio.rj.gov.br

Seguem os telefones para contato:

2976.2301 / 2976.2313 / 2976.2325 / 2976.2182 / 2976.2287

Informamos, ainda, o endereço da E/SUBE/CED:

Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, 4º andar, salas 412, 435 e 461.

Estamos convictos de que, somente por meio da interlocução diária e permanente, será possível superar/minimizar os desafios da educação pública da cidade do Rio de Janeiro.⁴⁴

No mesmo material, as autoras comentam sobre a participação dos professores na reformulação do material:

Agora, grande parte deste material surge sob nova organização, a pedido dos próprios professores que demonstraram, em pesquisa realizada pela SME, que desejariam que os Cadernos de Atividades de Leitura e Escrita com sugestões para professores e alunos, fosse revisado e apresentado de forma mais estruturada.⁴⁵

Em carta direcionada aos professores e disponibilizada no site da SME/RJ, no início do ano letivo de 2010, a equipe da Coordenadoria de Ensino ressalta a importância da participação dos professores enquanto parceiros na revisão dos

⁴⁴ Trecho do Caderno de Apoio Pedagógico Integrado para o 1º ano, 2º bimestre de 2011, SME/RJ.

⁴⁵ Trecho do Caderno de Apoio Pedagógico Integrado para o 1º ano, 2º bimestre de 2011, SME/RJ.

materiais. Ao apresentar as orientações para o trabalho de Língua Portuguesa e Matemática, elaboradas pelas consultoras no intuito de dirimir qualquer dúvida sobre a utilização dos materiais pedagógicos, a equipe considera:

Deste modo, contamos dirimir as dúvidas que ainda possam existir, o que não esgota o nosso diálogo, que esperamos seja permanente, ao longo de 2010, assim como foi em 2009, quando sua colaboração, através de críticas e sugestões, foi de fundamental importância para o aprimoramento de nossas ações.⁴⁶

Além dos canais de comunicação Fala Professor através da internet e telefone, nas reuniões de capacitação propostas para a Semana Pedagógica de 2011, quando todos os professores participaram representando a Escola ABC nos encontros dos diferentes temas, houve espaço para a análise dos materiais pedagógicos para que fossem feitos os devidos ajustes:

A Diretora Adjunta pede que alguma professora se ofereça para ir amanhã à escola X, pois haverá uma reunião da SME com um representante de cada escola. O objetivo é conversar sobre os Cadernos de Apoio e os erros que apresentaram no ano passado⁴⁷

Os professores representantes levaram para a reunião as queixas e comentários de suas escolas.

Sobre a avaliação dos Cadernos de Apoio, a coordenadora vê como positiva e pede que os professores continuem levando os comentários para a CRE.

Comentários das professoras: *“Agora veja que absurdo: vem um Caderno de Apoio feito por um grupo de especialista, cheio de erros... vai a gente errar!”* *“Mas eles estão pelo menos ouvindo as críticas...”* *“Agora parece que está mais organizado. O ano passado foi mais corrido...”*⁴⁸

Durante o período da pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de acompanhar o processo de reformulação de dois materiais propostos pela SME/RJ a partir das considerações feitas pelos professores. Um deles foi a Avaliação Bimestral de Língua Portuguesa que, de acordo com a análise dos professores (que coincidia com a percepção da maioria dos professores da rede, segundo

⁴⁶ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, Orientações curriculares e Descritores. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?article-id=94109> >. Acesso em: 13 nov. 2011.

⁴⁷ Trecho do Diário de Campo de 02/02/2011, Semana Pedagógica.

⁴⁸ Trecho do Diário de Campo de 11/02/2011, Semana Pedagógica.

relato dos encontros de capacitação) era insuficiente por avaliar somente aspectos da leitura, deixando de fora a avaliação da escrita do aluno:

...não consegue avaliar... o caminho do raciocínio, não há produção de texto, uma falha que eu acho da prova de Língua Portuguesa é que em momento nenhum eles escrevem na prova do município, eles só..., é tudo múltipla escolha. Então eu tenho que complementar, porque eu não fico satisfeita só deles marcarem, em Língua Portuguesa, o “xizinho”... e a parte escrita? Não tem nada de parte escrita, é tudo múltipla escolha. Fica falha...⁴⁹

A Professora 3 realiza com seus alunos atividades para avaliar leitura, argumentação e produção de textos “*porque estes aspectos não são avaliados na prova da SME, que é de múltipla escolha.*”⁵⁰

É necessário esclarecer que a Avaliação Bimestral de Língua Portuguesa, durante o ano de 2009 e 2010 era composta de questões de múltipla escolha, elaboradas a partir da interpretação de diferentes tipos de texto (ver Anexo 8). Não contemplava, assim, nenhuma questão discursiva. Porém, a partir de 2011, a Avaliação Bimestral de Língua Portuguesa passa a contar com uma atividade de Produção de Texto, conforme a orientação dada na reunião de início de ano na CRE e repassada pela coordenação da Escola ABC na reunião da Semana Pedagógica:

As provas da SME terão este ano Produção de texto. Os textos das provas de Língua Portuguesa serão retirados dos livros recomendados para as salas de leitura.⁵¹

A SME/RJ contemplou a queixa apontada pelos professores introduzindo a produção de texto na Avaliação Bimestral de Língua Portuguesa, em todas as séries do Ensino Fundamental (ver um exemplar no Anexo 9) a partir de 2011. Vinculou essa atividade ao Projeto Jovens Leitores, associando os temas das produções de texto propostas aos livros de literatura indicados em cada série:

O projeto **Jovens Leitores**, coordenado pela E/SUBE/CED-Mídia, possui três objetivos: - Estimular a leitura literária entre os alunos do Ensino Fundamental, considerando obras recomendadas pelos professores para cada ano; - Favorecer a produção textual dos alunos, a partir das leituras realizadas; - Propiciar aos alunos a

⁴⁹ Trecho da entrevista com a Professora 1.

⁵⁰ Trecho do Diário de Campo de 29/09/2010, Conversa informal com a Professora 3.

⁵¹ Trecho do diário de Campo de 03/02/2011, Semana Pedagógica.

ampliação de seu repertório de leituras das obras existentes no acervo da Sala de Leitura, incentivando-os a buscar novas leituras dentro e fora da escola. Inserida nesse projeto, a avaliação bimestral da leitura de livro, sob a forma de Produção de Texto, a ser realizada dentro do calendário das Provas Bimestrais, visa ao estímulo da leitura e ao aprimoramento da escrita, por meio da troca de impressões e opiniões sobre os livros lidos.⁵²

Além da definição do tema da Produção de Texto, as instruções para o trabalho envolvem uma planilha de correção, para a qual os professores foram orientados a utilizar (ver Anexos 10 e 11). Esta aplicação e correção começam a ser incorporados na prática do professor, como foi percebido durante a observação:

Pergunto sobre a produção de texto que foi incluída na Avaliação de Língua Portuguesa e a professora me mostra algumas que ainda está corrigindo. Também me mostra a planilha de correção enviada pela SME/RJ. A professora parece se dedicar à essa correção com atenção e cuidado, os materiais estavam organizados e observei sua anotações nos textos das crianças, sinalizando as dificuldades encontradas.⁵³

Porém, a equipe de gestão percebe um desgaste no trabalho das professoras pela demanda exigida pela correção dos textos:

Sobre as iniciativas da SME que interferem na rotina escolar, criticaram a ampliação da Avaliação Bimestral de Língua Portuguesa, que passou a incluir produção de texto, aumentando o trabalho de correção das professoras. “*Foram reclamar que a prova de Língua Portuguesa não avaliava a escrita do aluno, agora eles incluíram esta produção de texto que aborda uma tipologia de texto em cada série.*”⁵⁴

A Avaliação Bimestral de Língua Portuguesa foi recontextualizada a partir da experiência docente que apontava a necessidade de avaliação e investimento na Produção de Texto dos alunos, ainda que isso significasse mais trabalho em sua rotina.

O outro material que passou por uma reformulação a partir da experiência dos professores foi o Caderno de Apoio Pedagógico de Língua Portuguesa para o 1º ano, que passou a ser distribuído pela SME/RJ em 2011 para o trabalho dos

⁵² Trecho da carta enviada aos Coordenadores pela Subsecretaria de Ensino da SME/RJ, no início do ano letivo de 2011, assinada por Antonio Augusto Alves Mateus Filho.

⁵³ Trecho do Diário de Campo de 20/09/2011, Conversa Informal com a Professora 9.

⁵⁴ Trecho do Diário de Campo de 11/05/2011, Reunião com a equipe gestora.

professores desta série. O trabalho com o material precisou ser ajustado, como explica a Coordenadora da Escola ABC:

Esse ano teve a novidade do [Caderno de Apoio para o] 1º ano, que é uma apostila experimental, tanto que tem um grupo de controle e nossa escola está fazendo parte desse grupo de controle. A autora, que é a Iza Locatelli, está fazendo esse controle, para ver como está sendo. Porque foi uma...não é um método, porque o dela não é um método, foi um trabalho que ela elaborou em cima da consciência fonológica e ela quer ver o resultado, né? Então a gente está tendo esse acompanhamento, do 1º ano ainda está muito fora de ritmo, porque ela programou uma apostila muito grande para o primeiro bimestre, onde as crianças não deram conta, e não foi só aqui na CRE, as dez CREs do Município tiveram essa dificuldade. Então realmente ela percebeu que aquela apostila seria para o primeiro semestre, aí transformou a do primeiro bimestre em primeiro semestre. Agora eles estão começando a usar a segunda apostila que seria do segundo bimestre.⁵⁵

Ela ia mandar agora no final do primeiro bimestre, mas todo mundo reclamou porque não estávamos conseguindo avançar no Caderno e aí eles deixaram para fazer a primeira prova em julho.⁵⁶

Assim, a partir da observação das professoras do 1º ano de que o Caderno de Apoio do 1º Bimestre propunha atividades além do que seria possível trabalhar neste período, a equipe da SME/RJ encarregada de produzir e acompanhar a aplicação deste material propôs uma reformulação do material no que se refere à sua aplicação e o Caderno de Apoio do 2º bimestre foi destinado ao trabalho de todo o 1º semestre. Retomando a questão da consideração sobre as características dos receptores do texto produzido, neste caso os alunos do 1º ano, questionamos se o equívoco no volume do material poderia ser evitado com a presença de professores do 1º ano das escolas da SME/RJ na elaboração do Caderno de Apoio, como coautores na formulação deste texto.

As professoras começam a utilizar o espaço de interlocução, mesmo com críticas, e percebem que os comentários do grupo de professores podem, efetivamente, produzir alterações na produção dos materiais pedagógicos propostos pela SME/RJ.

Os dados levantados na pesquisa empírica sobre a impressão dos professores acerca da produção dos textos secundários da política educacional da

⁵⁵ Trecho da entrevista com Coordenadora.

⁵⁶ Trecho da entrevista com a Professora 6.

SME/RJ, mostraram um misto entre o incômodo em não participar da formulação inicial (em poucas manifestações) e a participação efetiva dos momentos coletivos de revisão do material. No início da pesquisa, percebemos que alguns professores estranhavam algumas terminologias e propostas dos materiais, o que deve ser mais evidente em outras escolas:

A coordenadora pedagógica fala: “Gente, não esqueçam dos Descritores... já trabalharam os Descritores? Vem a cobrança na prova” . Mas como eu já tenho esse hábito da escola particular, pra mim fica fácil. Porque muita gente lá (escola municipal) nunca tinha ouvido falar em Descritores e na escola particular nós trabalhamos em cima dos Descritores, então isso tudo me ajudou muito.⁵⁷

Aos poucos, a familiaridade com o texto foi se construindo. As professoras reconhecem a natureza prescritiva e a intenção de monitoramento explícita nos materiais, mas como já foi mencionado e será detalhado nos próximos capítulos, esta característica não foi motivo de resistência ou afastamento, mas trouxe para a maior parte deles, uma sensação de organização e direção, que lhes fazia falta na gestão anterior. As críticas no que se refere ao texto da política são relacionadas ao excesso de informações e projetos instituídos pela SME/RJ, os quais os professores e a equipe não conseguem acompanhar:

Os alunos fora da faixa etária serão encaminhados para o ReAlfa... não, para o Acelera. Ai, agora eu não sei, são tantos projetos...⁵⁸

Dentro da rotina diária do professor na Escola ABC, a organização do tempo escolar a partir do uso dos Descritores, dos Cadernos de Apoio e das Avaliações Bimestrais, está consolidada. Como sabemos e comprovamos na pesquisa de campo, os textos são reformulados e “reescritos” pelos professores. Esta recontextualização na prática, que garante um espaço de autoria para os professores, será tratada no Capítulo que se segue.

⁵⁷ Trecho da entrevista com a Professora 1.

⁵⁸ Trecho do Diário de Campo de 08/02/11, Semana Pedagógica, fala da Professora 9.